

UM “PROJETO DE ESTADO”: CONSIDERAÇÕES SOBRE O *MEMORIAL ORGÂNICO DE VARNHAGEN**

Ana Priscila de Sousa Sá**

Resumo: O século XIX foi pródigo em projetos de construção da Nação brasileira. O *Memorial Orgânico* de Francisco Adolfo de Varnhagen se inscreve nesse quadro. Redigido e publicado no contexto de consolidação do poder imperial no Segundo Reinado, escrito em duas partes entre os anos de 1849 e 1850 e reeditado parcialmente em 1851 (texto de 1849) pela *Revista Guanabara* do Rio de Janeiro; o *Memorial Orgânico* consiste na proposição de seis medidas de cunho político-administrativo para organizar o território e a população, que deveriam, na opinião de Varnhagen, serem adotadas pelo governo imperial a fim de auxiliarem no processo de construção e civilização da jovem Nação brasileira. O projeto varnhageniano visava a construção de uma Nação brasileira compacta e civilizada.

Palavras-chave: Varnhagen; *Memorial Orgânico*; Nação compacta.

Abstract: The nineteenth century was prodigal in projects of construction of the Brazilian Nation. The *Organic Memorial* of Francisco Adolfo de Varnhagen is part of this picture. Drawn up and published in the context of the consolidation of imperial power in the Second Reign, written in two parts between 1849 and 1850 and partially reissued in 1851 (text of 1849) by the *Guanabara Magazine* of Rio de Janeiro; the *Organic Memorial* consists of proposing six political and administrative measures to organize the territory and the population, which in Varnhagen’s opinion should be adopted by the imperial government in order to assist in the process of construction and civilization of the young Brazilian nation. The varnhageniano project aimed at the construction of a compact and civilized Brazilian Nation.

Keywords: Varnhagen; *Organic Memorial*; Compact Nation.

47

* Artigo submetido à avaliação em 29 de setembro de 2016 e aprovado para publicação em 19 de novembro de 2016.

** Mestranda em História Social pela Universidade Federal do Maranhão.

“O empenho principal que me guiou a penna do *Memorial Orgânico* foi promover desde já com a maior segurança possível a unidade e a integridade do Imperio *futuro*, objeto constante do meu cogitar” (VARNHAGEN, 1961, p. 246, grifos do autor). Com essas palavras Varnhagen se referiu ao texto de 1849, em carta de 1857 remetida ao Imperador D. Pedro II. Elas denotam sua preocupação com o *futuro do Império*, que só seria possível se conservadas a *unidade* e a *integridade*, para um *Império futuro* “grandioso” e “respeitável”.

O século XIX foi pródigo em projetos de construção da Nação brasileira. O *Memorial Orgânico* de Varnhagen se inscreve nesse quadro. É certo que a historiografia brasileira é rica em trabalhos sobre a vida e a obra de Varnhagen, mas pouco se tem escrito sobre o *Memorial*. Embora, em diversas leituras, seja considerado como um texto eminentemente político,¹ é inegável que o discurso histórico tenha um lugar privilegiado no plano de ações varnhageniano. O conhecimento histórico é apropriado como um instrumento orientador deste, fato atestado pelas várias recorrências a eventos passados ou pensadores antigos, até como forma de justificar a pertinência de suas proposições, ao longo do texto.

Publicado anonimamente (*Um amante do Brazil*) em 1849 (parte I) e 1850 (parte II) em Madri/Espanha, onde exercia funções diplomáticas, e reeditado parcialmente em 1851 (texto de 1849) pela *Revista Guanabara* do Rio de Janeiro,² o *Memorial Orgânico*³ é um “programa de Estado” que visa a reorganização político-administrativa nacional, uma proposta teórica complementada por um plano de ações (WEHLING, 2013, p. 161), onde Varnhagen faz o “diagnóstico” do Império do Brasil, aponta as “*chagas do paiz*”, e propõe as “*soluções e remédios*”, uma série de medidas para a organização do Estado, construção de uma Nação soberana, necessidade de se manter a todo custo a unidade territorial desta Nação, processos de imigração incentivada, como possível solução para equacionar a problemática questão do trabalho, e a estratégia de ocupação e estabilização do território imenso.

Incomodado com o fato de o país “depois de um quarto de século achar-se quasi na mesma; e com mais ar de colonia, ou antes de muitas colonias juntas que de nação compacta” (VARNHAGEN, 1849, p. 2), Varnhagen alerta que o Império ainda

¹ Nessa chave, Arno Wehling (1999) classifica o *Memorial* como “obra de reflexão política”, que se destaca da temática dominante na obra do autor, isto é, o enfoque na abordagem histórica.

² A reedição feita pela *Guanabara, revista mensal, artística, científica e litteraria* traz, além do texto incompleto, ligeiras modificações feitas por Varnhagen. Ao invés de 19 departamentos, como sugerido em 1849, em 1851 substituiu por 22 províncias, contudo, sem explicações sobre a mudança. Quanto aos departamentos, seriam 16 “comuns”, com 3 dos limítrofes “fronteiriços ou militares”, um deles assumiria funções de “departamento militar” por inteiro na fronteira sul (sede em Bagé), e outro seria o de “Ultramar” (Fernando de Noronha), destinado apenas a presidio, e administrado pela Marinha. Alguns já não deveriam mais permitir a escravidão no intuito de receberem os novos colonos, que não aceitariam trabalhar ao lado de escravos.

³ Será respeitada a grafia original dos documentos.

encontra-se estacionado no tempo. Incômodo que se explica, entre outros elementos, pela estrutura temporal predominante desde fins do século XVIII e ao longo do XIX no mundo ocidental, cuja gênese tem relação com a emergência do mundo moderno.

Se um dos principais aspectos que definem a concepção de tempo estruturada no mundo moderno é a busca do progresso, e quanto mais rápido se atingisse esse futuro mais a sociedade atingiria o progresso material, social, político (KOSELLECK, 2006, p. 326); é possível que o incentivo para Varnhagen escrever o *Memorial* tenha sido o fato de o Império, passados 25 anos da Independência, encontrar-se *quasi na mesma*, o que representaria um atraso na marcha rumo ao progresso, impossibilitando-o de se tornar uma Nação civilizada.

A expressão *nação compacta* utilizada pelo autor pode ser compreendida a partir do sentido atribuído ao moderno conceito de Nação, pois as medidas propostas visavam permitir que o Império se reconhecesse e fosse reconhecido como uma Nação moderna. Lembre-se que, após a Revolução Francesa, o conceito de Nação se associou fortemente ao conceito de Estado, tornando-se o elemento-chave de uma nova organização política: o Estado-Nação.

O documento é produto de seu tempo, e o *Memorial Orgânico* versa sobre dois aspectos fundamentais da conjuntura política brasileira no contexto do século XIX: território e população. Não por acaso. O território era a mais valiosa propriedade do Império; uma população compacta, um dos pressupostos para que o Império fosse alçado ao status de Nação civilizada. Território definido e defendido, e população homogênea formariam a base de um "paiz que tanto promette(tia)" (MARTIUS, 1845, p. 382).

O historiador é sujeito de seu tempo, e, ao redigir o *Memorial*, Varnhagen revela sua preocupação com o *futuro do Império futuro* e reitera um compromisso com a monarquia e sua conservação. Convém lembrar que o Império se encontrava em posição desconfortável no continente, entre Repúblicas, por isso a Monarquia constitucional era a "salvação" diante do "caos" que espreitava as fronteiras.

Imiscuído no seu tempo histórico e acreditando caber aos intelectuais a construção da Nação, o "paulista de Sorocaba" pensou e escreveu com os olhos voltados para sua terra natal, e sua produção intelectual tinha como meta orientar a estruturação e consolidação do Brasil enquanto uma Nação. Como portadores de uma educação diferenciada (padrão europeu ocidental), a atuação dos letrados era vinculada à missão de oferecer um caminho que possibilitasse o progresso e a civilização do Novo Mundo através da síntese entre a cultura europeia e a realidade local. O "fardo dos bacharéis" estava no desafio de unificar o povo disperso, e a Nação deveria ser formada a partir do molde que essa elite, e somente ela, teria a competência para

conceber e implementar. Assim, na opinião do sorocabano, era preciso enxergar o país como um “*corpo*” “enfermo” e propor “tratamento” para esse todo.

Tendo a integridade e a integração nacional como duas ideias-força em sua obra, Varnhagen percebia um país predestinado à unidade por sua configuração natural e desenvolvimento histórico, ao qual cabia resolver alguns óbices que se opunham a isso (WEHLING, 2016, p. 39). A falta de homogeneidade étnica o mais grave, dado o peso da escravidão negra e a dificuldade de assimilação dos indígenas não aculturados (“índios bravios”), que se tornariam a pedra de toque de suas polêmicas com os indianistas.

As ideias defendidas no *Memorial Orgânico* tinham em vista a constituição de uma Nação compacta, com uma identidade própria, compartilhada por todos os indivíduos que contribuíssem para o progresso e engrandecimento da Nação; o que não comportava toda a população, circunscrita num espaço territorial definido e ocupado de forma regular e homogênea, a fim de combater o “provincialismo” que impedia a difusão do sentimento nacional de pertencer a um Estado.

O “diagnóstico” que Varnhagen faz, revela-se desanimador. Do ponto de vista do território, denuncia que “as raias com os vizinhos estão por assignar”, “o systema de communicações internas, se o há, não é filho de um plano combinado”, “a subdivisão em províncias é desigual”, além da falta de defesa contra “qualquer futura tentativa inimiga”. Quanto à população, lamentava que “peior é sua heterogeneidade que o seu pequeno numero”, composta por “cidadãos brasileiros”; “escravos africanos e ladinos, que produzem trabalho”; “índios bravos completamente inúteis ou antes prejudiciais”, e “pouquissimos colonos europeus” (VARNHAGEN, 1851, p. 357).

Ser uma “monarquia entre Repúblicas” constituía fator perigoso para um Estado que defendia a indivisibilidade do território. Quando do processo de emancipação da América espanhola, surgiram várias Repúblicas independentes. No Brasil, o fim da Colônia deu início ao Império, com a continuação do governo de um Bragança: uma “continuidade na ruptura”. Naquele contexto de centralização do poder, de vitória conservadora representada na hegemonia da direção saquarema ligada à “classe senhorial”, e que delineava um projeto de Império e de “boa sociedade” que se queria erigir, as medidas propostas pelo historiador/diplomata tem ligação direta com a política do “mundo do governo” (MATTOS, 1987, p. 130)⁴.

⁴ A alcunha “saquarema” se referia, fundamentalmente, a um grupo de políticos conservadores da província fluminense ligados à cafeicultura, mas logo se generalizou abrangendo os conservadores de todo o Império. “Boa sociedade”, grosso modo, designa a elite imperial, livre, nascida no Brasil, branca e proprietária de escravos. “Classe senhorial”, uma classe construída a partir da direção moral e intelectual exercida pelo grupo saquarema fluminense, que se manteve pela hegemonia política conservadora resultante desse processo, sua formação se deu concomitantemente à do Estado imperial. “Mundo do governo”, liga-se aos grupos dirigentes.

Remetido aos “dirigentes da Naçam”, explicitava que a construção da Nação se daria sob a tutela do Estado, uma vez que se entendia Nação e Estado como sinônimos, e a consciência nacional, um produto da unidade política (CHIARAMONTE, 2003, p. 90). Num período onde a construção do Estado Nacional exigia, em primeiro plano, a manutenção da ordem e da unidade nacional, a adoção de medidas centralizadoras era justificada pela “necessidade de defender a unidade territorial e neutralizar, através da administração hierarquizada, o poder das facções locais, em suas mesquinhas lutas políticas” (FERREIRA, 1999, p. 172).

Varnhagen, como a elite letrada do Segundo Reinado, procurou construir para o país a ideia de Nação integrada à de centralização do poder. E, tomando por base a cronologia de Justiniano José da Rocha (2009, p. 159), o *Memorial Orgânico* teria sido redigido no período da *Reação*, que se estendeu de 1836 a 1852, distinguindo-se pela luta da reação monárquica, acabando pela Maioridade, e abrindo caminho para o domínio do princípio monárquico. Na equação geral, *centralização + força + união = unidade nacional*. E, na fórmula do Visconde de Itaboraí, no Brasil, *Imperador reina, governa e administra*.

Mas a falta de integração entre as províncias fazia do território uma área passível de desagregação ao menor sinal de convulsão social. Assim, a importância atribuída ao território conduzia ao entendimento do Império como um todo único, dirigido por uma elite ilustrada que devia conter a Nação brasileira, fazer a associação de todos os brasileiros, embora se tivesse clara a fragilidade da coesão dessa sociedade arquitetada sobre a escravidão. Instituição que se reproduzia, porque reproduzia os interesses dos grupos dominantes da política imperial.

Transformar um país tão diversificado e cheio de problemas numa Nação compacta não era tarefa fácil, mas Varnhagen acreditava que esta seria a missão do terceiro soberano dos Bragança, “a de organizar fundamentalmente e assegurar para sempre o seu vasto Império”, apesar de ressaltar o erro cometido por muitos políticos que “embebedos no estudo dos livros estrangeiros”, “distraem-se de estudar as necessidades do Brasil pelo próprio Brasil, procedem tantas leis que temos, umas inúteis e sem aplicação e outras em contradição com o que necessitamos”; faltando assim “coragem política para levar avante medidas embora vitais ao país, mas que poderiam prejudicar as eleições da seguinte legislatura”, culminando na formação de ministérios com políticos “mandando mais ou menos todos, poucos governando” (VARNHAGEN, 1851, p. 358).

O território passou a ser concebido como um elemento de expressão da soberania de uma coletividade: a Nação. No início do século XIX, o programa da unidade lançado pelo governo imperial solicitava a produção de certo “território

imaginário” (MAGNOLI, 2003, p. 8) capaz de funcionar como plataforma de sua política de fronteiras, e a doutrina das fronteiras naturais tinha servido como a base dessa política do Império, sustentada pelos tratados firmados entre as Coroas ibéricas na segunda metade do século XVIII.

Para o Império se organizar nos moldes de uma Nação moderna, era preciso estabelecer uma relação orgânica entre dois elementos principais: o território e a população. A ideia do território extenso tinha relação direta com a própria concepção de Império em vigor, quando da formação e consolidação do Estado Nacional brasileiro, o que Ilmar de Mattos (2004, p. 731) denomina de “lógica do poder territorialista”; característica marcante dos governantes ibéricos pela qual o poder se identificava com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, enxergando a riqueza e o capital como produtos da busca de expansão do território.

No caso do Império brasileiro, o domínio ilimitado se revelou impossível de acontecer principalmente em virtude da atuação de outro Império, o britânico; basta recordar da limitação imposta pela Grã-Bretanha ao projeto de declaração da Independência e anexação de Angola ao Império do Brasil, ainda no Primeiro Reinado. Dada a impossibilidade da expansão por domínios ilimitados, daí o reconhecimento da Nação como uma “comunidade limitada”, pois por maior que seja sempre haverá fronteiras finitas (ANDERSON, 2008, p. 33); buscou-se empreender uma “expansão para dentro” (MATTOS, 2004, p. 736), de modo que a vantagem mais significativa da transferência da capital para o interior seria a de finalmente fazer a associação entre a Corte e as províncias.

Analisar projetos de administração e organização do território é um importante instrumento para se interpretar sob quais elementos um Estado se constrói e se consolida. Um território que, como ideia, não se limita ao seu sentido geográfico, mas que lança luz sobre a forma como um grupo ou sociedade transforma esse determinado espaço geográfico segundo seus próprios interesses. Assim, Varnhagen propôs que fosse feita a *abertura das comunicações gerais*, abrir a estrada imperial para ligar as regiões do Império, cujo sistema de comunicações era muito débil, fomentar a colonização dos “fertilíssimos sertões”, aumentando a rala demografia, e estimulando o comércio interno.

Uma *nova divisão do território*, em 19 departamentos (tomarei por base principal o texto de 1849), visando proporcionar “mais harmonia” ao seu conjunto, eliminando a “monstruosidade” de algumas províncias e a “quase nulidade” de outras, cuidando dos limites e fronteiras com os Estados vizinhos, delimitando-as para maior tranquilidade, e tomando por base o curso dos rios. Varnhagen critica o fato de que a divisão territorial do Império ainda carregava resquícios dos limites estabelecidos durante o período

colonial, como, por exemplo, a ocupação do litoral em detrimento do interior, deixando as províncias deste dependentes das daquele.

E a *mudança da capital para o interior*, por questões de defesa, povoamento e “civilização” do interior, portanto, maior desenvolvimento da região central do país; o que destaca a importância da centralidade ao apontar a necessidade de se racionalizar a inscrição do Estado no espaço (PEIXOTO, 2005, p. 335). O novo “coração do Império” localizar-se-ia no Planalto Central goiano, local escolhido em viagem que empreendera em 1877, e se chamaria “Imperatória”.

O Visconde de Porto Seguro tinha certeza de que não havia cidade nenhuma no Brasil que merecesse ser essa capital. Nem a Bahia, primeira capital da Colônia, nem o Rio de Janeiro, sede atual, serviriam para atender as urgentes necessidades da Nação naquele momento. Propôs, então, que se construísse uma, e, como bom conhecedor do território imperial, delimitou que a melhor localização para a nova capital seria

[...] a em que se encontram ás cabeceiras dos afluentes Tocantins e Paraná, - dos dous grande rios que abraçam o Imperio; isto é, o Amazonas e o Prata, com as dos do S. Francisco, que depois de o atravessar pelo meio desemboca á meia distancia de toda a extensão do nosso litoral, e de mais a mais á meia distancia da cidade da Bahia á Pernambuco. É nessa paragem bastante central e elevada, donde partem tantas *veias* e *arterias* que vão circular por todo o *corpo* do estado, que imaginamos estar o seu verdadeiro *coração*; é ahi que julgamos deve fixar-se a séde do governo do Imperio (VARNHAGEN, 1851, p. 367, grifo nosso).

53

Varnhagen acreditava tanto no potencial produtivo do sertão brasileiro, que via nele o espaço de onde adviria os recursos para a sustentação da economia nacional, juntamente, é claro, com a indústria, que também se desenvolveria a partir da ocupação dos imensos vazios e da sua consequente exploração. O “fertilíssimo” interior carregaria o futuro da Nação. Mas o sertão ainda legaria para o Império outra força essencial: a “segurança”. Foi pensando nisso que o historiador propôs a retirada da capital do litoral.

Estava pronta a “abobada” imperial. Na explicação do autor:

[...] quando as diferentes peças da monarchia brasilica para que esta se mantenha em equilibrio devem ser, quando possivel, de igual força e resistencia, á maneira das pedras de uma abobada de volta inteira, que sustentando-se e apoiando-se umas nas outras, conseguem sustentar o edificio todo (VARNHAGEN, 1851, p. 361).

Á *maneira das pedras de uma abobada de volta inteira*, o Império organizado administrativamente teria maiores chances de suportar o peso de sua própria configuração marcada por um extenso território, e também de dar conta de sua diversidade populacional.

Organizar a população, “enorme mosaico de diferenças cujas peças mal se acomodavam no Império emergente” (JANCSÓ; PIMENTA, 2000, p. 439), demandaria muito esforço e “vontade política”. No seguinte trecho da conclusão da segunda parte do *Memorial*, Varnhagen sintetiza seu plano de organização da população:

Para civilisarmos o Brasil, e fazermos com que haja povo brasileiro, necessitamos ir paulatinamente acabando com a escravidão dos africanos, necessitamos prender e avassallar (nam escravizar) temporariamente os índios bravos; e necessitamos, em fim, admittir no paiz gente branca voluntariamente arregimentada em grupos. Se adoptamos já tal systema cujas disposiçoens se poderam consignar em um codigo africano-indio-colonial, fiquemos descansados que havemos de vir a ter uma populaçam compacta, logo que possamos sair dessa situaçam forçada (VARNHAGEN, 1850, p. 15).

Então, lança suas “soluções”. A *questão dos africanos*, visando acabar com o tráfico, mas com a tomada de medidas prudentes para não deixar espaço para possíveis rebeliões. “Considerações de Estado”, posto que, quando possível evitar, a escravidão é “ilícita, barbara e impolitica” (VARNHAGEN, 1849, p. 55). A *civilização dos índios por tutela*, onde os “índios bravos” seriam capturados pelas “bandeiras” e levados para serem adotados por uma família respeitável do Império, de quinze a vinte anos, que os educariam nos princípios civilizados e da moral cristã, sendo depois reintegrados à sociedade, e compondo a mão-de-obra nacional (“menos perigosa”) depois do fim da escravidão.

54

Corolariamente, a *colonização europeia*, o estímulo à vinda de “gente branca” para colonizar os sertões, trazer a cultura, os costumes e os princípios civilizados, ajudando o país a se impor como uma Nação respeitável. Postulava que, em um ou dois séculos, o Brasil seria uma Nação branca, sendo, assim, o primeiro a formular concretamente a teoria do branqueamento da população brasileira. Ao falar em “equilibrar as raças”, esclarece que a construção de uma *população compacta e europeia*, num país multiétnico como o Brasil, só se faria via assimilação das “raças” que considerava inferiores à branca.

A questão do índio é importante na obra do autor, e, na sua concepção, não havia “direito de conquista mais justo que o da civilização sobre a barbaria” (VARNHAGEN, 1850, p. 11), portanto, dada a ineficácia da catequese (“métodos brandos”) na civilização dos nativos, era legítimo e necessário que fossem “domesticados”. A defesa da civilização poderia legitimar o recurso à violência, e o anticivilizado deveria ser posto fora de condição de prejudicar, se não pudesse ser educado ou convertido (STAROBINSK, 2001, p. 52).

A “retórica da nacionalidade”, como discurso destinado a convencer os brasileiros de que compartilhavam um passado em comum, e um presente com uma mesma identidade

(CEZAR, 2013, p. 323), tinha, na questão indígena, um elemento importante. Como um povo sobre o qual só haveria "ethnographia", por estarem na "infância da humanidade" e só conhecerem "pequenez e misérias" (VARNHAGEN, 1854, p. 108); Varnhagen descarta o "bom selvagem", bem como todos os "philo-tapuyas", referindo-se aos românticos.

Num ambiente intelectual marcado pelo indianismo e o processo de "emancipação mental" alçando a literatura a alicerce da Nação, com o reconhecimento do nativo como principal representante da nacionalidade brasileira, a "avassalagem" não passou livre das críticas: o "protetorado" não passava de "escravidão disfarçada e sem justificativa" (ALMEIDA, 1851, p. 3). A ideia foi reforçada na *História Geral do Brasil* (1854), e, na opinião do poeta da *Confederação dos Tamoios*, o autor equivocara-se ao negar a capacidade de aperfeiçoamento dos nativos, porque "o homem mesmo selvagem não deixa de ser um ente racional e moral" (MAGALHÃES, 1860, p. 61).

Aos que simpatizavam e que, embora reconhecessem a rudeza, defendiam certa pureza dos índios; Varnhagen lembrava que "conta certa exposição oficial que os Indios do Mocury gostam muito da carne dos negros, aos quaes chamam macacos do chão". Em seguida, questionava se "não é vergonha no meio de um paiz civilisado aturar taes canibaes!?!...". Quanto à posse da terra, alegavam os "philo-tapuyas" que os nativos eram "os verdadeiros donos da terra, e por isso..." (VARNHAGEN, 1851, p. 393), a esta ideia Varnhagen argumentou:

São os donos da terra? Pois então arranjemossas nossas trouxas e toca a marchar; que somos uns criminosos que estamos de posse do que é de outrem; vós, Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação, para fóra de vossos bancos, que ahi devem estar a arengar os tapuyas: cidades, villas, freguesias, arsenaes, alfandegas, academias, collegios, misericordias, conventos, bispos, conegos, parochos, militares, juizes, empregados, toca tudo a embarcar; porque a terra é dos tapuyas!... (VARNHAGEN, 1851, p. 393).

Contrário ao que chamava de "perigoso brasileiro caboclo", negava os valores da pureza, honra, e heroísmo dos personagens literários. Reduzia-os a uma "raça degenerada e cannibal", cuja única e verdadeira fé era o excessivo espírito de vingança. Mesmo no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, agremiação de que era sócio, e que nasceu com o duplo projeto de dar conta de uma "gênese da Nação brasileira", definindo-a enquanto representante da ideia de civilização no Novo Mundo (GUIMARÃES, 1988, p. 8-15),⁵ a ideia defendida por Varnhagen não foi apreciada, e o exemplar da HGB, "engavetado".

⁵ Na estreita relação entre os intelectuais e a Monarquia, a historiografia ihgbiana buscava forjar uma totalidade "Brasil", definindo também quem ficaria fora por não portar a noção de civilização: índios e negros. E a História operava na concepção *clássica - magistra vitae* - de instrumento de compreensão do presente e encaminhamento do futuro, ao mesmo tempo em que realizava o projeto *moderno* de construção de uma Nação.

Quando propõe o fim do comércio atlântico de “carne humana”, Varnhagen alertava que a entrada de mais cativos aumentaria o já iminente perigo de rebelião. Urgia que o escravo deixasse de ser “mercadoria”. Além disso, a repressão inglesa via aplicação do *Bill Aberdeen* não afetava apenas a economia, baseada na mão-de-obra cativa, também era encarada como uma afronta à soberania nacional (ANAIS DO SENADO, 1850, p. 103).

Desde a década de 1810, o Brasil assinava acordos com a Inglaterra com essa finalidade, e o tratado de 1826 dava a Inglaterra o direito de tratar o comércio brasileiro de escravos como pirataria, sendo essencial que as comissões mistas de anglo-brasileiros continuassem julgando navios brasileiros capturados, já que o comércio, certamente, permaneceria por algum tempo. Pelo acordado, depois do dia 13 de março de 1830, se não extinto, o comércio brasileiro de escravos se tornaria ilegal.

A insurreição escrava do Haiti era lembrança recorrente para Varnhagen. No opúsculo ele afirmou que “os exemplos da joven América nos dam a cruel certeza de que a raça, ou a cor da pelle, nam fazem variar as tendencias de todos os escravos, e nos aconselham a nam deixar de consulatar a verdadeira *mestra da vida*” (VARNHAGEN, 1850, p. 8) (grifo do autor); e completou dizendo que “o triunfo exclusivo dos africanos no Haity é um aviso a todos os pardos da América, sobre a sorte que os esperaria, se eles se unissem aos negros contra os brancos” (VARNHAGEN, 1850, p. 10). Um aviso que ele, bem como a experiência histórica do próprio continente, estava dando para que não se repetisse no Brasil o que ocorreu na ex-colônia francesa. Não deveria ficar “o Brasil daqui a séculos igual ao continente d’África”, ou transformado “n’uma catinguenta Guiné” (VARNHAGEN, 1851, p. 363).

Só em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz aboliu o tráfico brasileiro de escravos. A pressão inglesa, mas também o medo de rebeliões de escravos, e o surto de febre amarela associado com o tráfico; possibilitou uma mudança que justificou a ação saquarema no sentido de implementar uma política contrária aos interesses imediatos de muitos senhores de escravos, em boa parte, eles mesmos. Se antes a direção saquarema defendia o tráfico como forma de reprodução da região mercantil-escravista, a nova conjuntura levou-a a agir de outra maneira, que garantiu o cessar do comércio ilegal, e, contraditoriamente, consolidou um novo tipo de escravidão. “A derrota Saquarema tornava-se, pela própria forma como se constituiu o Estado e os dirigentes conservadores, uma quase vitória” (MATTOS, 1987, p. 245).

O Império inserido na “política da segunda escravidão” (MARQUESE; PARRON, 2011, p. 99), constituía um “escravismo nacional” que, em larga medida, esteve na raiz, e dependeu da formação do Estado Nacional (SALLES, 2011, p. 261).⁶ A escravidão

⁶ O conceito de “segunda escravidão”, tomado a Dale Tomich, grosso modo, postula que o advento da Revolução

sustentava a “civilização” da nobreza imperial, e oferecia ao mundo o curioso exemplo de um país no qual todos a condenavam, mas “ninguém queria dar um passo para viver sem ela” (CHALHOUB, 2003, p. 99).

No plano geral, o Visconde de Porto Seguro vislumbrava o branqueamento da população brasileira através da miscigenação e, conseqüentemente, do desaparecimento das raças indígena e negra dentro da “superioridade” da raça branca europeia, cuja vinda de imigrantes deveria ser estimulada pelo Estado brasileiro. Intentava-se amalgamar as diferenças existentes no interior do país, fazer do Império do Brasil a Nação brasileira, organizar o “corpo” do Império.

A metáfora do Império enquanto “corpo” está expressa no próprio título do opúsculo: *Memorial*, algo que se pede para lembrar, *Orgânico*, relativo aos órgãos ou membros de um corpo, fazendo do Império um organismo vivo, constituído a partir da associação de um conjunto de órgãos e membros, as províncias. A Nação devia se apresentar como um todo uno e indivisível, e o território, “o colosso do Império”, ocupar o seu lugar, sendo sua integridade e indivisibilidade um dogma político. Acreditava-se que o Império caminhava para as “luzes” e o “progresso”, ao ocupar um lugar distinto entre as Nações, até por sua geografia no “centro do mundo civilizado”.

Como portador de uma cultura superior, o “fardo do homem branco” era levar a civilização para todos os cantos do planeta (ELIAS, 2011, p. 109). Desse modo, no triângulo formado pela população brasileira, cujos vértices representavam cada “raça” que, no seu interior, deveriam acomodar-se de modo a promover a constituição de uma identidade nacional; para Varnhagen, os *nativos*, que percorriam, não habitavam o território, caminhavam para a autodestruição, os *negros* constituíam uma “turba miserável”, então, o *português*, “civilizado” e “cristão”, era o elemento definidor da nacionalidade brasileira, e o Império do Brasil, uma continuação da obra colonizadora portuguesa.

Propagador de uma Nação cuja consciência deveria legitimar o predomínio branco português, o nacionalismo de Varnhagen não poderia, portanto, ser tido como xenófobo, visto que o “ser brasileiro” seria uma continuação do “ser português”. Nessa chave, Carlos Lessa (2008, p. 243) assinala que

[...] para a construção da identidade brasileira, não tendo havido inimigo, foi possível à cultura política brasileira renunciar desde sempre à xenofobia. O nacionalismo como ideologia, no Brasil, incorporou a virtude de ser pacífico e

Industrial, e a conseqüente hegemonia britânica no mercado mundial, geraram mudanças a nível internacional aumentando a demanda de determinados produtos, e afetando áreas coloniais escravistas que, no caso de Brasil, Cuba e sul dos Estados Unidos, incrementou a produção, reproduzindo o escravismo, desenvolvendo-o com o capitalismo industrial, não a despeito dele. No caso do Brasil, essa “segunda escravidão” teria se constituído num “escravismo nacional” já que, mesmo com a pressão exercida pela Inglaterra e uma opinião interna antiescravista, na metade do século, a instituição servil se desenvolveu como nunca, conferindo ao Império a nada honrosa vanguarda do “atraso” na América do Sul.

bom vizinho. Foi fácil creditar essa virtude ao brasileiro. A elite imperial sempre declamou a estabilidade política do Brasil em contraste com a difícil trajetória das protonações hispano-americanas, povoadas por caudilhos e sangrentos episódios internos.

Quando defende a constituição de uma Nação branca no Brasil, Varnhagen não intencionava camuflar ou ocultar a origem “tripartite” do “homem branco brasileiro”. O branqueamento representaria a consolidação da vitória da “civilização” branca sobre a “selvageria” do indígena, e a “barbaridade” advinda do “erro histórico da escravidão negra”.⁷ Cada “raça” havia contribuído na sua formação, o “cunho muito particular” (MARTIUS, 1845, p. 382), contudo, a superioridade da “raça branca” se ocuparia de diluir as “cores”, compondo uma sociedade branca de feição europeia. No conjunto, seu projeto se entende por:

Uma certa etnia, a do grupo vencedor; um certo tipo de colonização e de conquista, a do povo vencedor; um certo tipo de povo conquistado, a do autóctone; um certo tipo de erro histórico, a escravidão de povos não conquistados; um certo tipo de correção histórica, a miscigenação; um certo tipo de civilização, a do vencedor; um certo tipo de Estado, instrumento de realização da Nação; um certo tipo de homem, o brasileiro, fruto e construtor, ao mesmo tempo, da nova Nação (ODÁLIA, 1997, p. 39-40).

58

Ao defender a substituição da mão-de-obra escrava negra pela do indígena civilizada, Varnhagen acreditava ter um aumento de braços menos perigosos que o dos cativos africanos, e também que, mais tarde, os indígenas estariam misturados com os brancos em tudo, inclusive na cor, possibilitando a formação, nas províncias, de um povo, algo que nem todas podiam dizer que tinham. Cabia ao homem brasileiro formar o povo brasileiro. Mas, quem era esse homem brasileiro? Ou melhor, quem deveria ser o homem brasileiro? Como constituí-lo?

No século XIX, intelectuais como Varnhagen conceberam uma representação de Nação fundada na imagem de uma sociedade com traços e valores comuns. Diante da diversidade humana, a atitude era a de negá-la, pois o outro só seria bom e aceitável se pudesse ser reduzido àquilo que estava estabelecido como o padrão da sociedade. Desse modo, a miscigenação e o branqueamento eram o caminho a ser seguido pela sociedade no intuito de “salvar-se” da desintegração. Se índios e negros eram selvagens inferiores, a conquista e a miscigenação representavam uma possibilidade de regeneração e de supremacia dos valores, padrões, costumes e da religião dos brancos (OLIVEIRA, 2000, p. 19). Era dever do Estado, como força tuteladora, ser o instrumento

⁷ Saliente-se que, aqui, a “inferioridade” do escravo se fundamentava na moralidade e na civilização, não na biologia. No Brasil, a discussão da inferioridade racial articulou-se a partir da chegada do “bando de ideias novas” (na expressão de Sívio Romero, referindo-se às teorias científicas europeias) da “geração de 1870”.

de formação dessa Nação que se pretendia homogeneizar. Ligada à construção de uma representação de Nação estava a ideia da formação de um povo coeso.

Nesse processo, concebeu-se que era preciso afastar os índios de sua condição de “selvagem”, pois na situação em que se encontravam “nem se quer são subditos do Imperador do Brazil” (VARNHAGEN, 1857, p. 25); e dar um fim no comércio de negros escravizados para livrar o país de receber mais elementos que só potencializariam a ameaça que os já aqui existentes representavam. Para Varnhagen, cabia aos intelectuais apontar o caminho a ser trilhado para construir a Nação e salvá-la da desagregação, cujo perigo já se delineava pela própria heterogeneidade da população.

Para protagonizar a história da Nação brasileira estava o homem branco, o grupo vencedor. O processo de miscigenação do qual resultaria o “homem branco brasileiro” não era simplesmente uma fusão racial, visto que seu significado maior era dado pelo fato de que a miscigenação possibilitaria a existência do homem brasileiro com a supremacia dos valores brancos, os quais constituiriam o cerne de seu ser moral, da mesma forma que para o índio representaria a superação da sua condição de “selvagem” (ODÁLIA, 1997, p. 39-90). O “homem branco brasileiro” tinha de preservar os valores que fizeram de seus antepassados, o conquistador europeu, o grupo vencedor. Numa metáfora do naturalista bávaro Karl von Martius, “o sangue Portuguez, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças India e Ethiopica” (MARTIUS, 1845, p. 383).

59

De maneira análoga ao senador Francisco Gê de Acaiaba Montezuma, Varnhagen também enxergava “o terreno e a população, o Território e os Cidadãos seus habitantes, [...] (como) as duas idéias simples, que formam a complexa de Reino, Império ou Nação: esta jamais se pode conceber sem aquelas” (MATTOS, 2005, p. 22). Assim, afirmava que,

[...] se legislarmos uma circunscripçam de provincias mais rasoavel e precisa; se pozermos em facil e prompto contacto as do norte com as do sul; e os sertoes com o do mar, e se nam desconsiderarmos a questam da capital poderemos ser uma naçam respeitavel (VARNHAGEN, 1850, p. 15).

Se a missão política fundamental do século XIX era estruturar e tornar efetivo um projeto de Nação, aí estava o de Varnhagen. Ao propor as seis medidas de cunho político-administrativo assumia o papel de construtor de uma ideia de Nação para o Império, ao mesmo tempo, ao propor que estas medidas fossem tomadas para organizar o território e a população, comportava-se também como um herdeiro deste. Varnhagen se colocava e fazia parte do grupo dos construtores e herdeiros na construção da unidade política.

Varnhagen é um historiador datado. Atualmente, a imagem do sorocabano seria a de um historiador racista, e sua obra, além de ultrapassada, marcada pelo preconceito

racial. Todavia, é necessário ter em mente que o autor sorocabano viveu e escreveu numa época onde estava em voga todo esse ideário de “superioridade” e “inferioridade” de “raça”. Discussões como esta são marca do século XIX. E, vale dizer, o autor não foi voz dissonante, a *intelligentsia* brasileira oitocentista era defensora dos mesmos princípios.

Varnhagen deve ser colocado no seu tempo, e, desse modo, entendido como um sujeito que refletiu sobre as grandes questões de sua época. A preocupação de Varnhagen em construir uma Nação brasileira compacta e civilizada era a preocupação da nossa intelectualidade como um todo, ao longo do século XIX. Foi dentro desse contexto, e para ele, que o *Memorial Orgânico* foi redigido.

Referências

ALMEIDA, M. A. Civilização dos indígenas: duas palavras ao autor do “Memorial Orgânico”. **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1851. Disponível em: <<http://www.acervodagraphia.wordpress.com/category/manuel-antonio-de-almeida/>>. Acesso em: 11/02/2014.

ANAIIS do Senado do Império do Brasil. Sessão de 27 de maio de 1850. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/>>. Acesso em: 23/03/2015.

60

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CHALHOUB, S. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHIARAMONTE, J. C. Metamorfoses do conceito de Nação durante os séculos XVII e XVIII. In: JANCSÓ, I. (Org.). **Brasil**: Formação do estado e da nação. São Paulo: Hucitec, 2003.

ELIAS, N. A civilização como transformação do comportamento humano. In: _____. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FERREIRA, G. N. **Centralização e descentralização no Império**: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 1999.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, n. 1, p. 5-27, 1988.

JANCSÓ, I; PIMENTA, J. P. G. Peças de um mosaico ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. **Revista de História das Ideias**, v. 21, 2000.

- KOSELLECK, R. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LESSA, C. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 62, p. 237-256, 2008.
- MAGALHÃES, D. J. G. Os indígenas do Brasil perante a história. **RIHGB**, v. XXIII, 1860.
- MAGNOLI, D. O Estado em busca do seu território. **Terra Brasilis** (Nova Série), 4-5, 2003. Disponível em: <<http://terrabilis.revues.org/343>>. Acesso em: 14/01/2003.
- MARQUESE, R. B.; PARRON, T. P. Internacional escravista: a política da segunda escravidão. **Topoi**, v. 12, n. 23, p. 97-117, 2011.
- MARTIUS, K. F. P. Como se deve escrever a história do Brasil. **RIHGB**, n. 24, p. 381-403, 1845.
- MATTOS, I. R. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. **Almanack Brasiliense**, v. 1, n. 1, p. 8-26, 2005.
- _____. Do Império do Brasil ao Império do Brasil. In: FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO. (Org.). **Estudos em homenagem a Luís Antonio de Oliveira Ramos**. Porto: Universidade do Porto, 2004. v. 2, p. 727-736.
- _____. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- ODÁLIA, N. **As formas do mesmo**: ensaio do pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.
- OLIVEIRA, L. N. **Os índios bravos e o Sr. Visconde**: os indígenas brasileiros na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen. Belo Horizonte: Ed. Fafich/UFMG, 2000.
- PEIXOTO, R. A. **A máscara da Medusa**: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.
- ROCHA, J. J. Ação; Reação; Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil. In: MAGALHÃES Jr., R. **Três Panfletários do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.
- SALLES, R. Abolição no Brasil: resistência escrava, intelectuais e política (1870-1888). **Revista de Índias**, v. LXXI, n. 251, 2011.
- STAROBINSK, J. A palavra civilização. In: _____. **As máscaras da civilização**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- VARNHAGEN, F. A. **Memorial Orgânico que a consideração das Assembleas geral e provinciais do Imperio, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por Um Amante do Brazil. Madri: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1849.
- _____. **Memorial Orgânico**. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850.

- _____. Memorial Orgânico oferecido á nação. **Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária**, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out.-nov. 1851.
- _____. Dos índios do Brazil em geral. In: _____. **História Geral do Brazil**. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854. t. I.
- _____. Discurso Preliminar: os índios perante a nacionalidade brasileira. In: _____. **História Geral do Brazil**. Madri: Imp. J. del Rio, 1857. t. II.
- _____. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961.
- WEHLING, A. Integridade e integração nacional: duas ideias-força de Varnhagen. In: LIMA, S. E. M. (Org.). **Varnhagen (1816-1878): diplomacia e pensamento estratégico**. Brasília: FUNAG, 2016.
- _____. O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político. In: GLEZER, R.; GUIMARÃES, L. M. P. (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.